

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik*

Resumo

Este artigo se propõe a compor um panorama bibliográfico das linhas teóricas e metodológicas norte-americanas e inglesas que discutem a relação das mulheres com a história e a escrita histórica. Parte-se do princípio que este tema precisa ser relacionado a uma questão epistemológica importante, qual seja, a do pressuposto de que na constituição do cânone historiográfico ocidental, o sujeito do conhecimento é quase sempre masculino. Historiadoras e teóricas feministas têm se preocupado em investigar a vida e a obra de historiadoras “amadoras” e profissionais, bem como o gênero como parte estruturante da consciência e da escrita histórica. A escolha das pesquisas abordadas se dá conforme a significativa representatividade no interior dos estudos sobre a relação das mulheres com a disciplina história e, especialmente, por trazerem luz a uma área que se encontra incipiente no Brasil.

Palavras-chave: Gênero. Historiadoras. Cânone. Historiografia.

Abstract

This article proposes to make a bibliographic overview of the American and British theoretical and methodological lines discussing the relationship of women and history with historical writing. We assume that this matter must be related to an important epistemological issue, namely the assumption that in the formation of the Western historiographical canon, the subject of knowledge has been almost always a male subject. In contrast, historians and feminist theorists have focused on investigating the life and work of historians "amateur" and professional, as well as the structuring of gender awareness and historical writing. The choice of research addressed occurs as a significant representation of these authors within the studies on the relationship of women to the discipline of history and especially for bringing to light an area that lies incipient in Brazil.

Keywords: Gender. Historians. Canon. Historiography.

* Bacharel (2004), mestre (2007) e doutoranda (2013 - atual) em História pela Universidade Federal do Paraná.

Mercy Otis Warren, escritora que relatou em 1805 os acontecimentos políticos sobre a Revolução Americana, uma vez observou que os homens envolvidos com as narrativas do passado estavam mais ocupados com o “registro de si próprios do que fazer a história” (WARREN apud DAVIES, 2005). Já a escritora Catharine Macaulay, grande crítica da política do parlamento inglês no século XVIII, denunciou a corrupção do governo britânico e alegou que, ao contrário do que os homens pensavam, ela “*poderia montar a história de acordo com os mais elevados princípios de objetividade científica*” (apud DAVIES, 2005). Para a francesa Germaine de Staël, cujos escritos foram retratados como romances do século XVIII, era de suma importância que as mulheres comprometidas com o passado “*reivindicassem para si o gênio histórico*” (STAËL apud SMITH, 2003). Mais recentemente, as historiadoras Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob disseram de maneira provocativa que elas estavam “[...] entre os bárbaros cuja passagem à academia foi lamentada por críticos hostis. Não apenas testemunhamos como também participamos do destronamento de ícones intelectuais antes sagrados” (1994).

O que essas mulheres apresentam em comum, independente do contexto histórico no qual viveram, é o envolvimento com a história e a escrita histórica. Estamos falando exatamente do interesse, por parte delas, em elaborar narrativas sobre os acontecimentos do passado, reconstituindo vivências e eventos que lhes foram significativos. Neste ponto, destacamos como parte fundamental da presente análise que o envolvimento das mulheres com a história precisa ser relacionado a uma questão epistemológica significativamente importante, qual seja, a do pressuposto de que na constituição do cânone historiográfico ocidental, o sujeito do conhecimento e o autor é quase sempre masculino. Quando imaginamos um grande historiador, instintivamente o imaginamos homem, tanto é que com certa frequência ouvimos nos cursos mais tradicionais de História a expressão “o pai da história” – tendo como representantes Heródoto e Tucídides – sendo raríssimo pensarmos na possibilidade eventual de que a ciência histórica tenha uma “mãe”.

E tem, é Clio, filha de Zeus, musa da história e da criatividade. Mas quem são os filhos ou as filhas de Clio? É nesse sentido que convém pensar como se

processou a relação entre as mulheres historiadoras com o cânone historiográfico, bem como o conhecimento histórico que foi institucionalizado a partir do século XIX nas universidades ocidentais. Logo, nesta introdução, iremos destacar as três linhas principais de análise sobre a vida, envolvimento e escrita das mulheres que narraram fatos históricos sobre o passado, conforme uma leitura crítica dos debates historiográficos internacionais voltados a esse tema. Nas próximas duas seções, pretendemos esboçar as discussões bibliográficas promovidas por estas pesquisas, separando-as, para uma melhor compreensão, conforme os estudos pioneiros de Natalie Z. Davis e Bonnie G. Smith; e, por conseguinte, os desdobramentos analíticos a partir das pesquisas de Devoney Looser, Kate Davies e Julie des Jardins. Escolhemos estas autoras devido à significativa representatividade no interior dos estudos sobre a relação das mulheres com a disciplina história e, especialmente, por desafiarem o pensamento crítico acerca das perspectivas feministas do conhecimento histórico.

Os primeiros estudos preocupados com a revelação da vida, obras e trajetória profissional de mulheres historiadoras remontam inicialmente às pesquisas realizadas sobre a história das mulheres e de gênero da década de 1970. Historiadoras feministas engajadas em tornar visível e legítima a história das mulheres no interior dos estudos históricos, exploraram um campo de análise relacionado às obras e vidas de mulheres escritoras que não foram incluídas no cânone literário ocidental. Nessa direção, as historiadoras – amadoras ou profissionais – também foram tratadas de maneira similar quanto à exclusão e pouca visibilidade na participação do conhecimento histórico. Por causa de seu sexo e dos tipos e formas de histórias que escreveram até o final do século XIX – consideradas triviais e superficiais, os grandes críticos e representantes da historiografia ignoraram a autoria feminina e seus relatos sobre o passado.

No entanto, os estudos publicados nas últimas duas décadas, especialmente nos Estados Unidos, Inglaterra e França, apresentam como argumento principal a ideia de que as mulheres sempre estiveram, de uma maneira ou de outra, engajadas na escrita histórica. Até a institucionalização da história como disciplina pautada pelo conhecimento científico, essas mulheres nos são apresentadas como amadoras, uma vez que escreveram

extensas e inúmeras narrativas sobre o passado fora da academia. Consistindo uma primeira perspectiva analítica, tais estudos mostram que as amadoras tinham o hábito de coletar e arquivar fontes, documentos, memórias e dados estatísticos para reconstituir vivências e eventos antigos.

Não apenas as obras dessas mulheres foram investigadas, mas a própria vida delas foi problematizada à luz do contexto histórico de suas épocas. De objeto de estudo “sem voz” ou localizado “nas margens”, elas passaram a ser compreendidas como sujeitos atuantes da construção do próprio significado histórico. Tratou-se, portanto, de compreender suas experiências individuais e coletivas, considerando as trajetórias singulares de suas vidas, bem como a produção de sentido que elas ofereceram à história. Os principais questionamentos conduzidos por essas pesquisas, portanto, sugerem a busca de se conhecer a maneira como as “mulheres amadoras” pensavam definições de sentido histórico e como produziram “eus” eruditos a partir de práticas históricas, uma vez que elas “sentiam-se historiadoras” (SMITH, 2003).

A segunda perspectiva analítica tratada nesses estudos refere-se à vida das mulheres historiadoras que se inseriram no profissionalismo histórico decorrente das práticas e métodos científicos adotados pelos historiadores no século XIX. São aquelas que desejaram e conseguiram ingressar nas universidades, escolheram a formação em história e, conseqüentemente, ensejaram uma vida profissional dedicada à pesquisa e ao ensino universitário. Utilizando recursos metodológicos baseados nas biografias, historiadores têm se dedicado a avaliar as condições de trabalho e às políticas de gênero inerentes aos institutos e universidades ligados às historiadoras de diversos países, como Estados Unidos, França, Canadá, Inglaterra, Rússia e Itália. Tinham elas as mesmas oportunidades que os homens historiadores? Como foi a relação com seus pares profissionais? De que forma elas construíram suas carreiras acadêmicas? Quais fatores concorreram para que seus trabalhos fossem aceitos?

Aliada a estas questões, outra importante discussão diz respeito às contribuições das historiadoras para o campo historiográfico e epistemológico da história. Isto é, teriam elas modificado ou ampliado algum campo do saber? Como se constituiu o desenvolvimento das

disciplinas ligadas aos seus objetos de estudo? Sabe-se que desde a década de 1970, o número de historiadoras que se tornaram profissionais nas universidades, ensinando, realizando e expandindo pesquisas, aumentou consideravelmente nos países ocidentais, ao ponto de que em alguns casos, o número de homens e mulheres historiadores ser praticamente igual. Apesar disso, é oportuno investigar se os cargos de chefia, a presidência dos conselhos editoriais de revista, as participações em congressos e associações são de fato atividades compartilhadas igualmente entre historiadores e historiadoras. E, naturalmente, perceber se o cânone é compartilhado de maneira equitativa.

A terceira e intrigante abordagem presente nas pesquisas destacadas pretende questionar um campo no qual aparece o modo como as questões de gênero têm afetado a consciência histórica e a própria escrita histórica. O ponto de partida se dá com a discussão sobre gênero conduzida por Joan Scott, sobretudo em *Gender and the Politics of History* (1988). Isto é, parte-se da ideia que o gênero é um elemento estruturante das organizações sociais, do pensamento, das subjetividades e dos modos de vida. Há também a contribuição significativa das relações de gênero como categoria de análise histórica: isso significa dizer que todo fenômeno social tem uma dimensão de gênero. Não apenas isso, mas que as instituições sociais modernas também têm um caráter profundamente generificado e que o conceito de gênero pertence ao elenco de categorias centrais para a compreensão da vida social na modernidade, tendo o mesmo *status* teórico que os conceitos de classe e raça (ADELMAN, 2009).

Nessa direção, algumas historiadoras como Bonnie Smith e Mary Spongberg demonstraram convincentemente a presença fundamental da natureza de gênero na evolução da disciplina história a partir do século XIX. Nesse período, a história passou a ser ensinada e refletida no espelho da autoridade masculina do conhecimento, sendo o historiador considerado o arquétipo do especialista objetivo, racional e neutro. Esta tendência encorajada pela elevação dos ideais da história científica – a busca pelos grandes fatos associados à verdade – foi acentuada pela legitimação da importância de certos objetos de estudo da história, como política, diplomacia, guerra e economia, não obstante, assuntos relacionados ao poder. A masculinidade do conhecimento histórico, portanto, foi

validada no conjunto desses estudos em contrapartida à crença de que essa ciência não tem gênero.

Este artigo de natureza bibliográfica, portanto, propõe mapear e refletir sobre os debates a respeito da vida e do trabalho de mulheres historiadoras, bem como dos aspectos significativos que nos levam a compreender o gênero da história. De maneira geral, a abordagem aqui apresentada pode contribuir para uma profissão que recentemente passa por um momento de questionamento sobre o que exatamente quer realizar e de que forma deve expressar o “verdadeiro e real conhecimento histórico”. Isto é, por que não refletir sobre os métodos, a escrita, a narrativa, a análise das fontes e as problematizações conceituais sob o ponto de vista do gênero? Acrescenta-se a isso, no caso de pesquisadora brasileira, o tímido interesse que este tema desperta em nosso país em termos epistemológicos, o que pode ser percebido pela escassez de títulos traduzidos, de estudos, cursos e bibliografias sobre a relação entre mulheres e história e, paralelamente, o gênero da história.

Um novo olhar sobre a história: o pioneirismo de Natalie Davis e Bonnie Smith

No contexto das abordagens analíticas escolhidas para este debate, as quais não serão vistas separadamente, pois são interdependentes e complementares, o estudo pioneiro que pretendeu conduzir esse tipo de questão foi iniciado em 1980 por Natalie Z. Davis (1980), no artigo “*Gender and Genre: women as historical writers, 1400–1820*”. O objetivo principal da argumentação está na necessidade de tornar visível o interesse das mulheres pela história e pela escrita histórica. Antes do século XVIII, muitas mulheres ocidentais se interessaram em narrar e contar os eventos que elas consideravam importantes historicamente. Elas mantiveram o hábito de escrever sobre o mundo que conheciam, com o auxílio de manuscritos mantidos nas coleções de seus familiares ou nas bibliotecas dos conventos, utilizando-os para relatar a história das suas comunidades, das cortes reais e das ordens religiosas.

Outros temas abordados por elas diziam respeito à cultura, vida material e doméstica, artes, arquitetura, música e mitologia. Mas não podemos restringir seus escritos somente às “ninharias culturais” de uma época, como muitos historiadores do século XIX assim

interpretaram. Muitas vezes, as histórias contadas se cruzavam com eventos públicos, assumindo, portanto, os vieses da história política, como foi o caso de Mercy Otis Warren, que escreveu um tratado sobre a Revolução Americana. Mesmo com a contribuição para a escrita histórica, elas não tiveram os mesmos recursos materiais necessários para produzir grandes edições como alguns historiadores tiveram.

Com o desenvolvimento da profissionalização histórica no século XIX, Davis (1980) assinala as dificuldades que as mulheres tiveram para se inserir num campo intelectual marcadamente androcêntrico. Para serem capazes de escrever a história, os historiadores precisavam ter acesso a conhecimentos específicos e privilegiados que as mulheres não podiam alcançar. Ou seja, para realizar suas pesquisas, era necessário para o autor ter acesso às fontes que estavam localizadas em mosteiros, bibliotecas, universidades ou arquivos públicos, lugares restritos à entrada das mulheres. Em segundo lugar, um historiador precisava ser educado nos gêneros da escrita histórica e ter conhecimento das regras para ordenar e expressar o material histórico, práticas que também não eram acessíveis às mulheres (SMITH, 1994).

Sem sombra de dúvidas, Davis lançou uma fascinante luz à história das mulheres ao trazer a necessidade de tornar visíveis aquelas que se envolveram com o conhecimento histórico. Posteriormente, sua iniciativa contribuiu para uma pesquisa pioneira que merece grande destaque neste cenário. Primeiro, devido em grande parte à sua erudição e contribuição ao campo epistemológico e historiográfico. Segundo, à menção sobre a fascinante construção da prática profissional do historiador. Trata-se de *Gender of History: man, women and historical practice* (1998), realizada pela historiadora americana Bonnie G. Smith.¹ Sua vasta pesquisa se propõe a analisar um terreno ainda pouco explorado, qual seja, a história do relacionamento das mulheres profissionais e amadoras com a narrativa histórica, bem como os valores e representações de gênero da ciência histórica. Apesar da maior parte dos relatos historiográficos publicados terem sido escritos por homens, a história dos últimos dois séculos não foi,

¹ Traduzida no Brasil em 2003, como *Gênero e História: Homens, Mulheres e Práticas Históricas*, pela editora EDUSC, São Paulo.

de fato, escrita em sua maior parte por eles. Assim, as mulheres consideradas amadoras, demonstraram um produtivo interesse sobre as questões do passado, pelo menos desde o final do século XVIII, ainda que não tenham conseguido publicar seus trabalhos.

Além de se voltar para a relação das mulheres com a história, Smith nos provoca com uma questão muito inquietante que parte, originalmente, da discussão sobre gênero promovida inicialmente por Joan Scott. Como pensar o termo “gênero” no contexto da produção historiográfica ocidental? Entende-se nesta perspectiva, que as políticas de gênero constituem relações de poder operantes em todas as instâncias da vida social e nos discursos produzidos pelos homens e pelas instituições. Por sinal, esta é uma questão amplamente problematizada no interior dos estudos culturais e da teoria feminista pelo menos desde a década de 1980. A teórica feminista Rita Felski (1995), em seu livro *The gender of modernity*, discute a presença e o poder do gênero nas narrativas históricas e literárias. Em sua análise, há uma “saturação” nos textos dos historiadores de metáforas relacionadas ao masculino e feminino. O gênero afeta não somente os conteúdos do conhecimento histórico (o que é incluído ou deixado de fora), mas também o posicionamento inscrito na natureza de nossas interpretações e dos significados que atribuímos aos processos históricos. O gênero opera como uma linguagem de hierarquia e de ordem social na constituição dos modos de vida e das relações sociais, sendo que Felski recorre às “metáforas de gênero” para compreendê-las na produção da época moderna.

A partir deste cenário, como podemos pensar que o desenvolvimento da prática profissional do historiador esteve relacionado às definições de masculinidade e feminilidade? Em um primeiro momento, estas questões parecem falaciosas, pois vão contra as características do próprio profissionalismo, ou seja, da crença por parte do historiador na superação de contingências de gênero, crenças religiosas, classe, raça, etnia, nacionalidade e até mesmo de suas próprias subjetividades. Por defenderem um conhecimento histórico objetivo, verdadeiro, neutro e afastado de interesses e crenças pessoais, os historiadores se orgulharam por muito tempo dos preceitos científicos considerados “isentos”, apontando e corrigindo qualquer manifestação pessoal que pudesse aparecer na escrita da história.

Esta metodologia da neutralidade que tem prevalecido desde o advento da profissão histórica no século XIX – apesar de que a partir da década de 1990 a crítica hermenêutica no campo da constituição da escrita histórica desconstruiu a neutralidade do historiador – fundamenta-se na ideia hegeliana de que uma verdade mais elevada é atingida somente quando ocorre a superação da relação entre o sujeito do conhecimento e o objeto investigado. A figura do historiador torna-se individualizada e invisível. O “eu” do historiador, mesmo influenciado por conjunturas sociais e de vida, desaparece da análise dos fatos, das evidências e até dos objetos que escolhe pesquisar. É um investigador onisciente, sem corpo, destituído de emoções, separado das condições sócio-históricas que possam influenciar “negativamente” seu trabalho. O resultado dessa crença, por exemplo, pode ser visto quando Lucien Febvre afirma que não é sectário “porque na história nada vejo senão história” (apud SMITH, 2003).

Torna-se muito claro, a partir deste cenário, compreender porque as histórias mais conhecidas diziam respeito aos homens, em especial os europeus. Ao privilegiar a história política, o estado-nação, os grandes homens de ação e as guerras, a história definiu e elegeu seu campo de estudos, que, por sinal, caracterizou-se por ser notadamente masculino. Por muito tempo – até a década de 1970 – a história cultural, das mulheres, das crianças, dos grupos étnicos, por exemplo, foram tratados como temas insignificantes, triviais, trazendo poucas contribuições para o entendimento da “verdadeira história dos homens”. Estranhamente essas escolhas, relacionadas ao gênero masculino por tradição e circunstância sócio-histórica, referem-se a uma história que pretendia ser “universal, total e próxima do real”. Foi desenvolvido, portanto, um imaginário científico sobre os trabalhos históricos, marcado pelo gênero, classe e raça, sobretudo por representações de hierarquia e dicotomias, sendo parte constitutiva dos procedimentos adotados na prática histórica.

Em consonância a isso, a metodologia científica determinava o gênero da história, uma vez que as características do historiador masculino resumiam os ideais gerais de virilidade do século XIX: autocontrole, transparência, autenticidade, trabalho árduo segundo procedimentos detalhados, prioridade da mente calma e lúcida. Construiu-se um vasto conjunto de elementos intelectuais e comportamentais relacionados à vocação

do historiador. O lado oposto disso era representado pelo corpo sensível, a paixão, a emoção, o feminino, ou seja, o reino das aparências e dos sentimentos, cujos elementos deveriam ser afastados da compreensão dos fatos históricos. O superficial, o trivial, as subjetividades e as “ninharias culturais” eram condições que deveriam ser evitadas pelo historiador (SMITH, 2003).

E quanto ao envolvimento das mulheres com a história? Como elas se relacionaram a um campo epistemológico constituído por valores de gênero? No período que se estende de 1800 a 1860, as mulheres que escreveram narrativas históricas produziram uma composição literária que resultou num gênero textual chamado amadorismo por seus detratores. Não é possível categorizar essas mulheres no interior de uma identidade feminina particular, tampouco numa escrita feminina, uma vez que a história foi pensada e narrada por mulheres americanas, francesas, britânicas, italianas, adúlteras, esposas, mães solteiras, aventureiras, virtuosas, excêntricas, escritoras, jovens despreocupadas e trabalhadoras, sugerindo múltiplas singularidades femininas que contribuíram com a escrita de narrativas históricas. Quanto aos gêneros textuais, elas produziram sozinhas ou ao lado de seus maridos ou irmãos, ensaios, biografias, sátiras, romances, relatos jornalísticos e textos históricos, estes últimos vistos como uma contranarrativa sob o ponto de vista profissional.

Por meio de uma pesquisa erudita baseada em extenso corpo documental de fontes primárias, Smith relata o empreendimento narrativo de todas elas, sendo que algumas chegaram a ser tratadas como celebridades, recebendo muitos elogios por parte de seus leitores. Apesar disso, devido às longas horas de trabalho mal pago, responsabilidade na administração das despesas familiares e cuidado constante da educação dos filhos, a maioria não era o que os historiadores do século XIX passaram a considerar “damas respeitadas” ou historiadoras importantes. Eram vistas como mulheres excêntricas, inteligentes, obsessivas pelo trabalho, apaixonadas e eróticas, cujos adjetivos não eram bem vindos a uma profissão que estava sendo construída sobre os pilares da imparcialidade, sobriedade e objetividade.

Em suas últimas considerações, Smith inclui questionamentos sobre as primeiras mulheres profissionais que receberam instrução universitária na

Inglaterra e nos EUA a partir de 1870 até meados da década de 1940. Teriam elas um desempenho profissional tal como os homens tiveram? Conseguiram elas se despersonificar do papel de mães e esposas? Conseguiram, e de que maneira, se afastar do amadorismo? As mulheres historiadoras tornaram-se profissionais no século XX somente quando puderam ingressar nas universidades e, paralelo a isso, quando aprenderam e se ajustaram às práticas profissionais predominantes da ciência histórica (SMITH, 2003).

Da mesma maneira que as amadoras, não é possível enquadrar de forma precisa as mulheres profissionais em categorias convencionais, pois muitas seguiram rumos e caminhos diferentes em suas vidas e profissões. Elas escreveram vários tipos de textos, abordaram diferentes assuntos históricos e passaram por experiências intelectuais singulares, tornando difícil uma construção identitária. Conforme a definição de Smith, a mulher profissional era uma entidade imprecisa, um paradoxo. Mas o certo é que elas não conquistaram igualmente um lugar no cânone, diferente dos seus colegas historiadores, como por exemplo Jules Michelet, Jacob Burckhardt, Oswald Spengler, Henry Bukle, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Jaques Le Goff, entre outros.

Tais argumentações são amplamente trazidas e defendidas por Smith conforme a ausência de equidade na distribuição de cargos docentes nas universidades, bem como as dificuldades encontradas pelas historiadoras no desenvolvimento de suas pesquisas, seja por questões profissionais ou pessoais. Assim, as desigualdades entre homens e mulheres nas universidades podem ser percebidas também na determinação das tradicionais narrativas políticas, biografias de homens ilustres, diplomacia, história econômica e social, enfim, estudos sobre a identidade masculina, ressaltando a posição ambígua da mulher profissional que teve que aceitar – mesmo de forma inconsciente e naturalizada – esses temas para poder se inserir na profissão de historiadoras. Mesmo assim, precisamos assinalar a existência de um ponto de equilíbrio nestas afirmações. Muitas historiadoras das primeiras décadas do século XX, e Smith nos oferece como exemplo as americanas, registraram pesquisas históricas ligadas à misoginia religiosa, à escravidão de mulheres negras e às péssimas condições sociais que enfrentavam grupos de pessoas marginalizadas.

Nas décadas posteriores, a geração pós-guerra elaborou registros de diversos povos e histórias baseadas em identidades de grupos e gênero. Mulheres, minorias e trabalhadores passaram a ser incluídos na história ocidental na qual, anteriormente, heróis, gênios, chefes de Estado – ícones da ordem e do *status quo* – reinavam incólumes. Como afirma Appleby, Hunt e Jacob (1994), a geração pós-guerra questionou categorias fixas antes defendidas como racionais por todos os pensadores e passou a realizar as seguintes perguntas: como membros dessa geração, perguntamos rotineiramente: história de quem? Interesses de quem são servidos por essas ideias e narrativas? Especificamente, desde a década de 1990, discute-se que a história não pode ser vista como uma ciência, e sim como um conhecimento revelado através de rastros e de vestígios.

Os historiadores profissionais se preocuparam por muito tempo com a interrogação dos seus métodos de investigação, especialmente no momento do triunfo dos *Annales*, e a excessiva atenção com a prática histórica fez com que ignorassem a reflexão de ordem epistemológica da disciplina. Fundamentos para uma epistemologia da história, a parte reservada aos modos de escrita, a narrativa, a argumentação e a subjetividade do historiador ilustram a guinada interpretativa que marcou a historiografia dos anos 1990 (SILVA, 2007). É nesse viés que os estudos de gênero podem contribuir para a reflexão não somente das práticas profissionais do historiador, como também do pensamento crítico acerca da epistemologia da história. Na próxima seção, iremos dar continuidade a este tema que teve início com as pesquisas de Davis e Smith. As pesquisas subsequentes também dedicam-se ao empreendimento de revelar o relacionamento das mulheres com o conhecimento histórico, bem como as metáforas de gênero contidas no interior do discurso desta disciplina.

Mulheres e história: mapeando o florescimento de um campo de estudos

A partir das pesquisas pioneiras de Davis e Smith, esse tema que esteve e ainda está relacionado diretamente aos estudos das mulheres, estudos culturais e de gênero, tem sido desenvolvido no meio acadêmico como mostram as recentes pesquisas publicadas por Devoney Looser (2000) em *British women writers and the writing of history, 1670-1820* e Kate Davies (2005) em *Catharine Macaulay and Mercy Otis Warren: the revolutionary*

Atlantic and the politics of gender. Ambas dedicaram-se à análise de mulheres que escreveram narrativas históricas em período anterior ao profissionalismo do século XIX. E a historiadora norte-americana Julie Des Jardins (2003), por sua vez, em *Women and the Historical Enterprise in America: gender, race and the politics of memory*, empenhou-se na investigação de historiadoras que construíram suas trajetórias profissionais em universidades.

Um dos primeiros livros publicados na Inglaterra que oferece visibilidade particular às escritoras britânicas e suas contribuições para a historiografia é da historiadora Devoney Looser (2000). Em *British women writers and the writing of history, 1670–1820* obra organizada em sete capítulos, constam o mapeamento e a descrição de notáveis mulheres escritoras britânicas do final do século XVII e início do XIX que, embora tivessem escrito gêneros textuais localizados no âmbito da ficção literária, mostraram amplo interesse pelas narrativas e fatos do passado. Para a sua grande maioria, a história dizia respeito à constituição de sentido sobre a experiência humana, bem como suas próprias experiências individuais no tempo. Ela podia ser representada por uma narrativa factual, um romance, um relato biográfico ou até mesmo um conto fantástico. No século XVIII, a escritora britânica Catherine Morland, antecipando timidamente o que o historiador Hayden White disse a respeito das relações entre história e ficção, afirmava que uma grande parte da história poderia ser pura invenção. Nesse sentido, reconhecemos novamente as dimensões amplas e variadas de se pensar e escrever história conforme o contexto do período estudado, e que a profissionalização inerente ao século XIX afastou tais escritos, principalmente os de cunho literário, de seu *métier*.

De modo geral, o objetivo principal de Looser (2000) é investigar especialmente as carreiras e a trajetória de vida de determinadas escritoras que tiveram reconhecimento pelos seus escritos históricos, tais como Lucy Hutchinson, Lady Mary Wortley Montagu, Lennox Charlotte, Catharine Macaulay, Lynch Piozzi Hester e, surpreendentemente, uma famosa escritora britânica: Jane Austen. Ao decidir pela abordagem individualizada de cada autora, Looser descreve como cada uma delas contribuiu para o campo amador da escrita histórica que até então não se encontrava institucionalizada na academia. Nesse sentido, parte-se

da ideia de que a história, por ser definida muitas vezes de forma estritamente científica, impede que os elementos ficcionais incluídos numa obra – um romance, por exemplo – possam contribuir para uma compreensão dos fatos que ocorreram no passado. Em oposição a este argumento, justifica-se, portanto, a inclusão um tanto quanto incomum de Jane Austen como uma das seis mulheres representantes do rol das principais historiadoras britânicas.

Sobre a metodologia utilizada, Looser (2000) emprega a abordagem individualizada ao tratar cada escritora separadamente, sem correlacioná-las ou, o que foi alvo de críticas por parte dos historiadores, entendê-las à luz de seus contextos históricos. Toma-se como privilégio a trajetória de suas vidas e incursões na esfera pública, mediante o recorte biográfico que explora também detalhes de suas experiências pessoais que em algumas situações revelam conflitos, inimizades e escândalos sexuais. Ao lado disso, é realizada uma leitura integral das suas principais obras, analisando como elas foram avaliadas e recebidas pelos críticos. Outros documentos utilizados para análise são as cartas escritas por essas historiadoras, bem como depoimentos, diários, testemunhos e autobiografias.

As cartas de Jane Austen, por exemplo, expressam a consciência de que os romances e os escritos históricos estavam competindo o mesmo nicho de mercado editorial na Inglaterra. Revela-se aí uma preocupação frequente, uma vez que essas mulheres historiadoras almejavam ser reconhecidas e garantir um *status* social diferenciado: elas queriam ser aprovadas e, especialmente, ter suas obras publicadas. Sobre seu estilo narrativo criticado por alguns historiadores, Jane Austen defendeu ironicamente que se sentia plena em “*escrever seus próprios romances domésticos*” do que as histórias escritas por aqueles que tinham, segundo seu ponto de vista, a única finalidade de obter lucro e popularidade. Isso nos dá a pista de que as escritoras britânicas tiveram que concorrer e conflitar com os homens que impunham um discurso histórico oficial e fechado num círculo masculino. Para tanto, algumas delas, como Catharine Macaulay (1731-1791), escolheram se envolver com compromissos políticos para poder, de alguma forma ou de outra, manipular e expandir suas condições de autoria e reputação como escritora (LOOSER, 2000).

Escrito por volta de 1790, *History of England*, cuja autoria é da própria Jane Austen, mostra um trabalho particular que envolve sátira e posicionamento político, dedicando-se sobretudo, às mulheres governantes e poderosas. Apesar de conter humor jocoso sobre a história política da Inglaterra, Austen revela ter consciência sobre a escrita da história, qual seja, de que o humor, a criatividade e a ficção poderiam oferecer verdade e valor duradouros ao conhecimento, muito mais do que a tendenciosa história ensinada nos entediados volumes enciclopédicos e nas maçantes aulas lecionadas nos institutos de ensino e seminários. Assim, não seria difícil imaginar porque a forma como Jane Austen conferiu sentido à história gerou censuras por parte de alguns historiadores, especialmente no que se refere à fusão complexa entre história e ficção.

Em suas últimas conclusões, Looser (2000) chama atenção para o fato de que a interpretação da sua pesquisa não poderia incidir numa visão simplista que visa reduzir as mulheres escritoras britânicas do século XVIII como mães da historiografia contemporânea. Qualquer exploração inicial assim seria incompleta e sem sentido, uma vez que se pretende abrir caminho para futuras análises que pensem sobre as várias possibilidades de envolvimento com a história a partir da escrita de múltiplos gêneros textuais. Ao iniciar uma discussão na qual os escritos dessas mulheres têm sido muitas vezes classificados incorretamente como memórias, ficção e romances, a autora mostra como todas essas escritoras deveriam ser classificadas e entendidas como historiadoras, justamente porque, durante este período, os gêneros textuais considerados “amadores” ou romances foram aceitos para a aprendizagem e ensino de história antes mesmo da profissionalização tornar-se possível.

Enquanto Looser (2000) analisa Catharine Macaulay ao lado de outras escritoras britânicas, a americana Kate Davies (2005) se preocupa em analisar no fascinante livro *Catharine Macaulay and Mercy Otis Warren: the revolutionary Atlantic and the politics of gender*, os escritos, a vida e as relações de amizade entre Macaulay e Mercy Otis Warren (1728-1814) sob o ponto de vista de suas biografias individuais atreladas aos contextos políticos e históricos nos quais viveram. É nesse sentido que os métodos biográficos podem constituir uma poderosa ferramenta na investigação da vida de historiadoras. Ao eleger a abordagem biográfica como

modalidade narrativa da pesquisa historiográfica, privilegia-se o olhar sobre as relações entre sujeito e história, bem como os acontecimentos e suas configurações na tessitura das vidas narradas.

Macaulay e Warren, que viveram na Inglaterra e em Massachusetts respectivamente, estabeleceram uma relação de amizade mantida por cartas que durou quase duas décadas no decorrer do século XVIII. Macaulay escreveu sobre a história da Inglaterra, bem como uma série de panfletos políticos, ensaios, críticas e respostas com conteúdos favoráveis à política republicana. Warren, por sua vez, também compartilhava o mesmo ideal republicano de Macaulay, revelando-o em cartas, poemas e tratados políticos, os quais foram criticados como antipatrióticos e excessivamente liberais por alguns políticos norte-americanos.

Naturalmente, o compartilhamento desses ideais foi fundamental para o relacionamento entre as duas e, principalmente, para a articulação e expressão de seus princípios políticos e históricos com a escrita. Mas o ponto fundamental para se pensar é o modo como os manuscritos de Macaulay e Warren apresentam formas textuais específicas que vinculam política e história com representações femininas de gênero. Tal como sugere Felski (1995) acerca das metáforas de gênero para se entender a modernidade, Davies (2005) também se aproxima desta abordagem, oferecendo variados exemplos discursivos utilizados por Macaulay e Warren, os quais mostram o emprego, embora dicotômico, das categorias de gênero na explicação da política americana tais como: a associação da “virtuosidade feminina”, “justiça feminina” e “sabedoria feminina” com o processo político libertário das revoluções. A oposição a estas virtudes foi descrita como pretensão, arrogância e artificialidade masculinas, a corrupção e abuso de todas as formas de poder que impediam a consolidação dos princípios de igualdade e justiça nas sociedades. Na verdade, para além das dicotomias referentes ao masculino e feminino, temos que pensar que o núcleo central conferido pelo exercício de poder é que refletirá as metáforas da história e política americanas.

O trabalho de Davies (2005) explora profundamente a biografia de Macaulay e Warren, qualificando a primeira de exuberante e a segunda de austera e regrada. De maneira geral, Macaulay e Warren são descritas como mulheres virtuosas que assumiram um compromisso

com a escrita histórica, expressando os ideais mais caros para a construção de uma civilização baseada nos princípios republicanos. Em contrapartida, a menção da existência de alguns escândalos sexuais e amorosos nos quais Macaulay se envolveu, tornou-a por muito tempo objeto de escárnio e fofocas no seu círculo social. Não só isso, mas o tórrido desejo de se tornar popular lhe trouxe grande prejuízo, pois no final de sua carreira, era vista mais como uma “figura da moda” do que uma pensadora política. Independentemente de suas vidas afetivas e seus comportamentos, Davies julga que o mais importante de suas histórias é a revelação da maneira como se sentiam historiadoras, a forma como escreveram e refletiam a história e a pretensão de associar virtude política com o “ser feminino”.

Até aqui, apontamos os principais direcionamentos de dois estudos que se aprofundaram na análise de mulheres que se envolveram com a escrita histórica antes dela ser considerada científica e dependente de procedimentos metodológicos. Não queremos, contudo, esgotar e afirmar que essa abordagem se reduz somente às pesquisas dessas duas autoras, uma vez que muitos outros trabalhos foram apresentados nos últimos anos, após a publicação do livro de Smith.² Mas precisamos prosseguir e inserir, em sequência, a análise da passagem das amadoras para as profissionais. No final do século XIX, a profissionalização da história como uma disciplina estruturada por debates intelectuais realizados em grandes centros acadêmicos tornou-se preocupação primordial de Julie Des Jardins.³ Embora a história da profissionalização seja bem conhecida por meio do livro de Smith, esses autores contribuíram com novos olhares e argumentos acerca da integração das mulheres na profissão histórica em diferentes contextos delimitados pelo período que se estende do final do século XIX até meados do século XX.

Em Women and the historical enterprise in America: gender, race and the politics of memory, Julie Des

² Outras pesquisas de grande destaque são dos seguintes autores: Felber, Lynette (2007), *Clio's Daughters: British Women Making History, 1790-1899*. Forthcoming: University of Delaware Press; Salber, Mark (2000), *Society and Sentiment: Genres of Historical Writing in Britain, 1740-1820*. Princeton: University Press 2000.

³ A saber: White, Deborah (2008), *Telling Histories: Black Women Historians in the Ivory Tower*. Chapel Hill: University of North Carolina Press; Pellegrin, Nicole (2006), *Histoires d'historiennes*. Publications de l'université de Saint-Étienne.

Jardins (2003) explora a participação de mulheres americanas na prática da escrita histórica a partir do final do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, dando especial atenção para as contribuições delas sobre a formação da memória histórica nacional. Um dos objetivos principais é mostrar como as mulheres contribuíram para a profissão do historiador conforme os seguintes indicadores: em primeiro lugar, com as participações femininas em atividades sociais e políticas diversas e, em segundo lugar, com as colaborações ao campo epistêmico da história. Ao escolher trabalhar a partir das “margens profissionais e sociais”, a autora expõe já na introdução as dificuldades que essas mulheres enfrentaram e analisa o trabalho de uma grande variedade de historiadoras que, como definiu bem Smith, podiam ser populares e eruditas, conservadoras e radicais, brancas e negras, profissionais ou donas de casa, como Mary Beard, Zora Neale Hurston, Angie Debo, Mari Sandoz, Lucy Salmon, Mary McLeod Bethune e Dorothy Porter.

Na mesma direção de outros autores aqui discutidos, Des Jardins (2003) argumenta que as mulheres americanas tiveram um envolvimento muito grande com a escrita e a criação do conhecimento histórico, porém com pouca visibilidade e reconhecimento. Ao contrário dos historiadores, essas mulheres não eram somente historiadoras, pois desempenhavam diferentes papéis como mães, professoras, bibliotecárias, ativistas políticas, funcionárias do governo, sufragistas e preservacionistas, fato que sugere que elas tiveram imensa participação no desenvolvimento da memória coletiva nacional e no exercício do poder público americano. Desse modo, as historiadoras profissionais americanas não puderam ser inseridas dentro de uma categoria específica feminina e tampouco pensadas somente à luz de suas atuações em universidades. Pelo contrário, muitas historiadoras importantes não construíram suas carreiras nos cursos superiores de história, pois se interessaram em escrever e reescrever a história para servir a agenda política das reformas vinculadas às condições de trabalho, às desigualdades nas relações raciais e à exploração dos nativos americanos e imigrantes.

Ao lado das múltiplas atuações, outra grande contribuição oferecida pelas historiadoras americanas das primeiras décadas do século XX foi a participação no campo historiográfico. Assim, Des Jardins (2003)

torna visível as primeiras mulheres que escreveram monografias de história no final do século XIX que, embora muito admiradas por seus leitores, foram esquecidas e ignoradas. Da mesma maneira que Smith e Davis, ela também assinala que houve uma mudança fundamental no interior do campo da história científica com o início da profissionalização, processo que não incluiu as mulheres historiadoras. No entanto, sua explicação para essa questão se dá justamente de modo inverso, ou seja, esse processo incluiu sim os escritos femininos, mas não suas autoras, uma vez que os homens se apropriaram de um extenso trabalho previamente feito por elas. Eis a entrada de um novo campo de discussão que possibilita a análise dos escritos femininos como totalmente aceitáveis para os parâmetros convencionais da história científica, mas que não foram relacionados às suas autoras e sim aos homens historiadores.

Mais tarde, na primeira metade do século XX, quando as mulheres começaram a obter títulos de doutorado e pós-doutorado nos Estados Unidos, Des Jardins (2003) argumenta de maneira muito enfática – posicionamento este considerado radical pela crítica⁴ – que elas estiveram muito à frente de seus colegas homens. A antecipação dos temas e reflexões empregados pela História Nova da década de 1960/70 foi realizada no início do século XX por elas, ou seja, algumas historiadoras americanas, desde cedo, trouxeram novas abordagens sociais e culturais importantes que representavam grupos sociais tradicionalmente omitidos nos registros históricos como os afro-americanos, os povos nativos da América e as minorias religiosas. Para ela, a “história vista de baixo”, portanto, já estava sendo escrita por essas mulheres americanas tendo em vista o engajamento político e social inerente às suas “consciências históricas”.

No entanto, mesmo possuindo habilidades suficientes para se inserirem nas universidades e construírem suas carreiras profissionais, muitas historiadoras enfrentaram dificuldades com seus pares profissionais masculinos, não tendo facilidade no acesso às fontes históricas oficiais e, finalmente, foram omitidas nos registros autorais de seus trabalhos históricos. É nesse sentido que

⁴ A saber: Zinsser, Judith. Patterns in women's history and in the careers of women historians, *Journal of Women's History*, v. 23, n. 1, p. 177-186.2011

Des Jardins (2003) decide analisá-las do ponto de vista das “margens”, escolha que foi criticada por alguns pesquisadores como Judith Zinsser (2011): *a vida dessas historiadoras inclui suas atividades profissionais por definição e mérito, sendo que não devem ser analisadas a partir da inclusão marginal*. Outras críticas feitas ao trabalho de Des Jardins (2003) referem-se aos excessos que ela comete ao oferecer somente às mulheres historiadoras o crédito por grande parte da consolidação do que ela chama de “empreendimento histórico” que se adjetiva hoje de História Social. Quanto à presença e contribuição dos homens historiadores, Des Jardins os rotula como “rankeanos empíricos” e não considera aqueles que tiveram as mesmas qualidades que ela atribui às mulheres. Outras áreas temáticas como diplomacia, política e história econômica não poderiam ser temas importantes para os historiadores, uma vez que eles deveriam se concentrar nas experiências sociais e no cotidiano dos agentes históricos como fizeram as historiadoras americanas que combinaram o ativismo social ao ensino e à construção da memória nacional.

Conclusões e novos desafios

O que podemos concluir a partir deste panorama bibliográfico é que as autoras trataram e problematizaram a escrita de mulheres que possuíam uma consciência histórica, sentiam-se historiadoras e julgaram por diferentes motivos ser necessário registrar, narrar e descrever os acontecimentos das sociedades em que viveram. Havia, de fato, uma preocupação por parte delas em evidenciar o registro da memória e, de uma forma ou de outra, se reconhecer nos temas que pretendiam narrar. Não podemos ignorar, portanto, o fato de que com a profissionalização do século XIX, a grande maioria das mulheres envolvidas com a história foi obrigada a omitir seus pensamentos e julgamentos, delimitar seus objetos de estudo, manter guardados seus registros e iniciar um grande esforço para se integrar ao cânone ocidental baseado no gênero masculino. O traço principal dessas abordagens demonstra como a modernidade se instaurou cultural, política e historicamente com referências determinadas sobre a representação de um mundo legitimamente masculino, banindo espaços de ação e de entendimento da história e das possibilidades sociais das mulheres nesta produção.

Sabemos, portanto, que as historiadoras não inseridas na academia, ou seja, as amadoras, utilizaram terminologias

menos rígidas, escrevendo a história por meio de variadas tipologias textuais, a saber, a narrativa factual ou imaginária, o romance, o relato biográfico ou até mesmo o conto fantástico. Com efeito, essas recentes publicações têm contribuído para o surgimento de reflexões sobre o que de fato significa “fazer história” ou “pensar a história”. Problematiza-se um discurso tradicional que postulava que a “escrita respeitável da história” só seria viável dentro da academia, de modo que os escritos daqueles que trabalhavam fora dela – tanto dos homens quanto das mulheres – deveriam ser rebaixados, considerados frágeis ou meras literaturas comercializáveis. De maneira geral, a proposta dos estudos aqui mencionados é contribuir para uma reflexão sobre a constituição do cânone historiográfico, especialmente no que diz respeito a uma revisão do pensamento masculino hegemônico.

Além da questão do profissionalismo, esses estudos procuram relacionar a escrita da história com o gênero. Mas tem a história um gênero? Tanto nas monografias históricas escritas até a metade do século XX quanto nas obras subsequentes, é possível identificar valores de gênero atribuídos aos temas, abordagens e procedimentos utilizados pelos seus autores. Especialmente com a introdução dos métodos científicos, o tão almejado conhecimento da “verdade” sobre o passado dependia mais da visão e identificação com valores masculinos de uma época do que da análise crítica dos fatos. Como sugere Felski (1995), há um grande desafio em desconstruir a lógica unilateral do tempo histórico de padrões masculinizados de percepção do sujeito, tempo e espaço. Além disso, a autoridade do historiador repousava também sobre sua eficácia como professor de valores morais e cívicos, sendo que umas de suas prioridades era construir a história para instruir o público masculino em geral.

Mas a partir das últimas décadas do século XX, o crescente número de mulheres que entrou no mercado de trabalho nas universidades promoveu uma série de mudanças. Entre elas encontramos os próprios significados de feminino e masculino, conforme o questionamento das convenções de gênero estabelecidas nas sociedades, realizado especialmente pelas teorias feministas, os estudos culturais e pós-coloniais. Igualmente significativa, seria a abordagem espinhosa de se saber se as mulheres têm preocupações diferentes do que os homens quando escrevem sobre o passado. Se

a criação de narrativas históricas é uma mera recitação dos fatos, sendo neutra e “verdadeira”, então o sexo do autor não deveria importar. Mas se pensarmos no argumento de que a historiografia é um produto construído pelo seu autor, o sexo pode importar muito, desde que as mulheres possam escrever a história a partir de uma perspectiva analítica diferente dos recortes, conceitos e teorias considerados masculinos. Como saber se as mulheres, de maneira geral, são mais inclinadas a escrever sobre a história social e não a história econômica por uma vontade própria? Ou essa propensão ocorre porque as normas sociais e universitárias nas quais são criadas e educadas as impulsionam? As historiadoras tendem ser mais críticas à violência e mais preocupadas com os detalhes biográficos dos sujeitos históricos? Por que a maioria dos historiadores das mulheres e de gênero tendem a ser mulheres? As respostas a essas perguntas geram múltiplas respostas e controvérsias, mas para esse debate que tem suas raízes no campo epistemológico, é essencial que haja tais questionamentos.

Na realidade o tema em questão é complexo e nos desafia. Sabemos que no percurso da historiografia, a História Nova apresenta-se desde a década de 1970 como uma das escolas mais destacadas ao promover e impulsionar a abertura de novos temas e objetos de estudo que se desdobraram em variadas dimensões analíticas. Por outro lado, ela atualmente corre o risco de acentuar a tendência narrativa e descritiva, tornando opaca a esfera das explicações e dos conceitos utilizados. Ou seja, conforme o historiador brasileiro Fernando Novais, ela pode beirar à desconceitualização. Em muitos de seus defensores, parte-se do pressuposto de que os novos temas não podem ser tratados a partir de “velhos conceitos”. Contudo, há muita dificuldade em encontrarmos novos conceitos para entender os objetos em questão. No nível teórico, essa tendência envolve o não relacionamento com as estruturas porque, supõe-se, que não há mais estruturas (NOVAIS; SILVA, 2011). A partir dos direcionamentos de Felski (1995), não há como fazer uma teoria que dê conta de explicar e responder todas as dúvidas inerentes ao objeto de estudo do historiador. Conforme a mirada para as experiências individuais ou coletivas, o que é possível hoje é uma tentativa de coexistência de narrativas múltiplas em que a teoria feminista pode constituir um importante referencial analítico e teórico para os historiadores.

Em outras palavras, podemos pensar o gênero para além das identidades e das experiências subjetivas, problematizando-o como princípio organizador de pensamento e de construção de conhecimento no interior das particularidades na escrita da história. Aliado a isso, como nos lembra Jörn Rüsen (2010), o ofício do historiador não pode ser entendido como uma instituição autônoma de sentido, uma vez que o cotidiano do historiador constitui a base da historiografia e da teoria da história. Fundamental seria começarmos a valorizar o trabalho prático do historiador e suas ações no tempo, ancoradas em seus interesses, satisfações, expectativas e subjetividades. Ele traz consigo, portanto, perspectivas correlacionadas à época em que ele viveu.

Por fim, trabalhos como o de Smith ampliaram nosso entendimento das condições materiais da produção da história no passado, e complicaram, e muito, a categoria de “historiador”. A teoria feminista nos ajudou a reconhecer as dinâmicas de poder envolvidas na masculinização da identidade profissional do historiador e a exclusão das mulheres que também participaram na escrita da história. Os livros aqui mencionados são contribuições notavelmente complementares a um projeto mais amplo de questionamentos sobre o que é ser “historiador” e o que pretendemos ao “fazer história”. Como as ideologias de gênero moldaram diretamente a escrita, a recepção da história e os significados dos contextos de produção histórica? São questões substanciais para aqueles que se interessam pela avaliação reflexiva e crítica a respeito do campo historiográfico e de suas genealogias.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Blucher, 2009.
- APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. *Telling the truth about history*. New York: W. Norton & Company, 1994.
- DAVIES, Kate. *Catharine Macaulay and Mercy Otis Warren: the revolutionary Atlantic and the politics of gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- DAVIS, Natalie Z. *Gender and genre: women as historical writers, 1400-1820. Beyond their sex: learned*

women of the European past. New York: New York University Press, 1980.

DES JARDINS, Julie. *Women and the historical enterprise in America: gender, race, and the politics of memory, 1880–1945*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.

FELSKI, Rita. *The gender of modernity*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995.

JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

LOOSER, Devoney. *British women writers and the writing of history, 1670–1820*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio Forastieri da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v. 1, p. 7-70.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história; fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas/ SP, n. 3, 1988.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A renovação historiográfica francesa após a ‘guinada crítica’. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 167-186.

SMITH, Bonnie. The contribution of women to modern historiography in Great Britain, France and The United States, 1750-1940. *The American Historical Review*, v. 89, n. 3, p. 709-732, 1994.

SMITH, Bonnie. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: EDUSC, 2003.

ZINSSER, Judith. Patterns in women’s history and in the careers of women historians. *Journal of Women’s History*, v. 23, n. 1, p. 177-186, 2011.

